



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EMANOEL NATÃ DA SILVA SANTOS**

**SOLDADOS DA BORRACHA: TRABALHADORES NORDESTINOS NA  
AMAZÔNIA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

**GUARABIRA  
2024**

EMANOEL NATÃ DA SILVA SANTOS

**SOLDADOS DA BORRACHA: TRABALHADORES NORDESTINOS NA  
AMAZÔNIA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

**Área de concentração:** História, trabalho e economia

**Orientador:** Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino.

**GUARABIRA  
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237s Santos, Emanoel Natã da Silva.  
Soldados da borracha [manuscrito] : trabalhadores nordestinos na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial / Emanoel Natã da Silva Santos. - 2024.  
27 f.

Digitado.

Artigo Científico (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino, Departamento de História - CH".

1. Borracha. 2. Segunda Guerra Mundial. 3. Migração. 4. Amazônia. I. Título

21. ed. CDD 981

EMANOEL NATÃ DA SILVA SANTOS

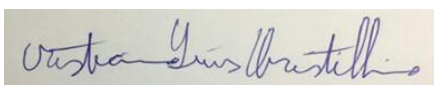
SOLDADOS DA BORRACHA: TRABALHADORES NORDESTINOS NA AMAZÔNIA  
DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

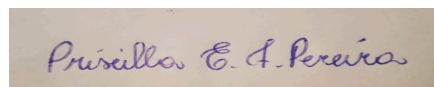
Área de concentração: História, trabalho e economia.

Aprovado em: 19 / 11 / 2024.

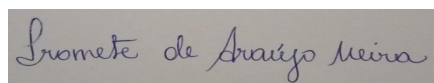
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Priscilla Emmanuelle Formiga Pereira (Avaliadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Iranete de Araújo Meira (Avaliadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao povo nordestino, DEDICO.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAETA Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia

CEFF Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

DIP Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI Departamento Nacional de Imigração

FEB Força Expedicionária Brasileira

RDC Rubber Development Corporation

SAVA Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico

SEMTA Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

SESP Serviço Especial de Saúde Pública

SNAPP Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
	.....	
<b>2</b>	<b>O ESTADO NOVO E A MARCHA PARA O OESTE</b> .....	<b>8</b>
	.	
<b>3</b>	<b>A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E OS ACORDOS DE WASHINGTON</b> .....	<b>9</b>
	..	
<b>4</b>	<b>NORDESTINOS NA AMAZÔNIA: A BATALHA DA BORRACHA</b> .....	<b>11</b>
	.	
<b>5</b>	<b>AS ESPOSAS DOS SOLDADOS DA BORRACHA ESCREVEM PARA O PRESIDENTE VARGAS</b> .....	<b>19</b>
<b>6</b>	<b>O FIM DA GUERRA E A CPI DA CAMPANHA DA BORRACHA</b> .....	<b>20</b>
	.	
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>23</b>
	.	
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>25</b>
	..	

**SOLDADOS DA BORRACHA: TRABALHADORES NORDESTINOS NA  
AMAZÔNIA  
DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

**RUBBER SOLDIERS: NORTHEAST WORKERS IN THE AMAZON DURING THE  
SECOND WORLD WAR**

Emanoel Natã da Silva Santos

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo geral abordar o tema dos soldados da borracha, que se insere no contexto da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre 1942 e 1945. A elaboração do artigo fundamentou-se na pesquisa de trabalhos acadêmicos já realizados sobre o tema. Consultou-se livros, artigos e publicações de jornais e dos Poderes Executivo e Legislativo do país que de alguma maneira se relacionam com o objeto de estudo deste artigo. A pesquisa resultou na obtenção de informações importantes acerca do projeto da Marcha para o Oeste empreendido pelo Estado Novo, dos Acordos de Washington, da Campanha da Borracha e de como o Estado brasileiro procedeu em relação à situação dos soldados da borracha nas décadas posteriores à campanha. Concluiu-se que o tema é essencial para a compreensão da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e deve ser mais pesquisado para que esteja mais presente na historiografia brasileira, sendo também uma contribuição para o estudo das migrações nordestinas.

**Palavras-chave:** borracha; Segunda Guerra Mundial; migração; Amazônia.

**ABSTRACT**

The general objective of this article is to address the issue of the rubber soldiers, which is part of the context of Brazil's participation in World War II, between 1942 and 1945. The article was based on research into academic works already conducted on the subject. Books, articles, and publications from newspapers and the Executive and Legislative branches of the country that in some way relate to the object of study of this article were consulted. The research resulted in obtaining important information about the March to the West project undertaken by the Estado Novo, the Washington Accords, the Rubber Campaign, and how the Brazilian State proceeded in relation to the situation of the rubber soldiers in the decades following the campaign. It was concluded that the topic is essential for understanding Brazil's participation in World War II and should be further researched so that it is more present in Brazilian historiography, as well as contributing to the study of migrations from the Northeast.

**Keywords:** rubber; Second World War; migration; Amazon.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema os soldados da borracha, trabalhadores que foram recrutados pelo governo brasileiro durante o Estado Novo para desempenharem as atividades de extração de látex e produção de borracha na Amazônia, em virtude da necessidade desta para os esforços de guerra dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. O interesse do autor pelo tema se deve ao envolvimento de milhares de nordestinos na chamada “Batalha da Borracha” somado ao fato de tratar-se de um assunto pouco abordado na historiografia, o que contrasta com a sua importância para a compreensão da participação do Brasil no conflito mundial.

O projeto idealizado pelo regime varguista de colonizar o interior do país, denominado de Marcha para o Oeste, incentivou a migração de nordestinos para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, objetivando o povoamento dessas regiões que seriam então desbravadas pelos sertanejos. Eles, com seu trabalho, contribuiriam para a integração efetiva dessas regiões ao “corpo da nação” que caminhava rumo ao “progresso” sob a forte liderança de Getúlio Vargas. Em síntese, era este o discurso do governo acerca de seu projeto de colonização na década de 1940.

Porém, um evento de proporções mundiais mudaria os planos do governo e o sentido da migração nordestina para o interior do país. A Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) exigiria do Brasil para além da cooperação com os Aliados formalizada pela criação da Força Expedicionária Brasileira e a atuação dos pracinhas nos fronts de combate na Europa, o fornecimento de matérias-primas essenciais para os esforços de guerra, dentre as quais a borracha. A atividade de extrativismo necessária para a produção desse material demandava a mobilização de um grande contingente de trabalhadores para os seringais da Amazônia em pouco tempo, pois não tratava-se de uma produção para um consumo habitual, mas de uma produção para a guerra.

O contexto de seca no Nordeste em 1942 foi um fator de grande peso na decisão de milhares de nordestinos de atender ao chamado do Governo Federal e embarcar para a Amazônia. Não esquecendo que o incentivo à migração era anterior à Campanha da Borracha, à luz dos números encontrados na pesquisa sobre o tema, é evidente que a migração nordestina para o Norte do país se intensificou entre os anos de 1943 e 1945 em virtude da citada campanha. A seca piorou as já precárias condições de vida dos sertanejos, e muitos deles, sendo pais de famílias numerosas, viram na migração para o serviço na Amazônia uma oportunidade de melhorar sua situação financeira, pois a propaganda do governo lhes garantia lucro sob todo o produto do seu trabalho. Portanto, os soldados da borracha eram homens de origem simples que foram convencidos pela propaganda de que melhorariam de vida com o trabalho nos seringais da Amazônia. Assim sendo, decidiram integrar o chamado Exército da Borracha.

Ao longo do artigo, será apresentado o contexto histórico em que se situa o tema estudado e o desenrolar da Campanha da Borracha no Brasil. O objetivo principal deste artigo é descrever e analisar os processos de recrutamento, transporte e alojamento dos soldados da borracha com destino aos seringais e seu cotidiano de trabalho na floresta amazônica.

## 2 O ESTADO NOVO E A MARCHA PARA O OESTE

O Estado Novo, regime ditatorial liderado pelo presidente Getúlio Vargas entre os anos de 1937 e 1945 no Brasil tinha como um dos seus ideais o nacionalismo, priorizava a unidade nacional acima dos interesses regionais e a identidade nacional acima dos estrangeirismos. Nesse sentido, houve um interesse por parte do regime de promover a ocupação dos “espaços vazios” do território nacional visando a integração efetiva das regiões Norte e Centro-Oeste ao país, estendendo a elas o projeto de desenvolvimento que já surtia efeitos nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Essa ocupação ocorreria por meio da migração de brasileiros oriundos de outras regiões do país, principalmente do Nordeste brasileiro que iriam juntamente com suas famílias fixar residência, trabalhar e contribuir para o progresso dessa porção do país a ser desbravada.

Segundo Maria Verónica Secreto (2007), esse projeto de colonização denominado de “Marcha para o Oeste” tinha como inspiração o bandeirismo do período colonial, sendo assim uma proposta de reavivamento deste sob o comando de Getúlio Vargas. Vários intelectuais de diferentes correntes ideológicas apoiaram essa iniciativa do regime varguista, destacando a importância de ocupar o interior do país para a unidade nacional e o “reencontro do Brasil consigo mesmo”. Muitos desses defensores da Marcha eram ligados ao governo, trabalhando em órgãos públicos, dentre estes o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Dentre esses intelectuais estavam Cassiano Ricardo, Nelson Werneck Sodré e Ademar Vidal. Entre os principais meios de comunicação usados pelo regime para propagar a ideia da Marcha estavam o jornal A Manhã e a revista Cultura Política.

A região amazônica atraiu de forma especial o interesse do regime no projeto da Marcha, devido aos recursos naturais que possuía (água, floresta, minérios, etc) que poderiam ser explorados pelos novos habitantes em prol do desenvolvimento nacional. Um discurso proferido por Vargas em Manaus, capital do Amazonas, em 1940 deixou clara a importância que a Amazônia teria na Marcha:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da Nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora (VARGAS, 1940).

Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2006) nos chama a atenção para o interesse do regime varguista em estender seu controle para o interior do país. Tratava-se de um regime centralizador, portanto interessado em concentrar poder e se sobrepôr às elites regionais, muitas vezes contrariando os interesses destas. Nesse sentido, a Marcha seria uma meio para o Governo Federal ter maior controle sobre essas regiões, que também contavam com a presença de empresas estrangeiras cujos proprietários haviam adquirido grande influência na política regional. Nos estados de Goiás e Mato Grosso, o regime buscou estabelecer limites para as concessões de terras, como uma maneira de ter controle sobre o setor agropecuário.

Já em 1939, o Decreto-lei 1164 criava a Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras (CEFF), que buscava reforçar a presença federal na região. O Decreto determinava que as concessões de terras na zona fronteira não poderiam ultrapassar dois mil hectares. Estabelecia que deveria haver

um plano de colonização a ser executado pelo Ministério da Agricultura, segundo o qual militares da reserva ou funcionários públicos aposentados, além de outros colonos, deveriam ocupar faixas de dez hectares para começar a cultivá-las em, no máximo, seis meses. Ademais, o comércio deveria ser nacionalizado, ou seja, pertencer apenas a brasileiros (RIBEIRO, 2006, p.74).

Essas medidas desagradaram latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros, pois estabeleciam limites para as suas posses, o que colocava em risco seu poder econômico. Porém, também era de interesse do regime a cooperação do empresariado nacional e estrangeiro no projeto da Marcha, devido a capacidade destes de investirem seus capitais na região.

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (VARGAS, 1940).

O nordestino era visto pela elite amazônica como um bom trabalhador em contraste com os indígenas e caboclos nativos da região, vistos como indolentes. Porém, segundo Álem da Silva Coelho (2019) o que realmente motivava a preferência dos patrões por trabalhadores nordestinos no projeto de colonização era a maior possibilidade de lucro que teriam com eles. Enquanto os caboclos e indígenas não se dedicavam integralmente ao serviço por desenvolverem atividades para a sua própria subsistência como o plantio, a caça e a pesca, os nordestinos num primeiro momento exerciam apenas o trabalho designado pelos seus patrões e gastavam dinheiro comprando deles o necessário para a sua subsistência.

O caboclo, fruto da miscigenação do branco com o índio, era visto como um ser preguiçoso e abobalhado, sendo incapaz de proporcionar o desenvolvimento e o progresso da região amazônica. Por isso a necessidade de trazer pessoas de outras regiões, sobretudo do Nordeste. (COELHO, 2019, p.38).

Com base no discurso do regime, podemos deduzir que a Marcha para o Oeste era um projeto de colonização que buscava promover a ocupação desses “espaços vazios” com brasileiros dispostos a deixar sua região de origem para ir habitar e trabalhar nessas terras, contribuindo assim para a integração efetiva destas à nação brasileira rumo ao progresso. Portanto, tratava-se de um projeto de sedentarização de famílias inteiras nestes territórios, o que seria um objetivo a ser alcançado de forma gradual, a longo prazo. Porém, o contexto internacional provocaria uma mudança nos planos do governo.

### **3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E OS ACORDOS DE WASHINGTON**

Em 1939, a Alemanha Nazista invadiu a Polônia, como parte do seu plano de expansão territorial justificado pela suposta necessidade de “espaço vital” alegada por Hitler. O nazifascismo ameaçava dominar a Europa e o imperialismo japonês pretendia se expandir pela Ásia a fim de combater a influência norte-americana no continente. Era o início da Segunda Guerra Mundial. Na América, os Estados Unidos são o primeiro país a entrar no conflito, como consequência do ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, em 1941. Os EUA se aliam à Inglaterra, França e União Soviética enquanto os japoneses fazem um pacto com a Alemanha e a Itália Fascista, formando o chamado “Eixo”. Segundo María Verónica Secreto (2011) com a entrada dos norte-americanos na guerra, as demais nações americanas passaram a ser pressionadas a tomar uma posição clara de apoio aos Aliados. Após ataques de submarinos alemães a navios brasileiros, Vargas, que no início do conflito procurou manter uma neutralidade pragmática baseada em boas relações com os dois lados combatentes, rompe relações com o Eixo em 1942 e passa a negociar com os EUA as condições para a participação do Brasil na guerra junto aos Aliados.

Em março de 1942 o Brasil assinou em Washington uma série de acordos sobre matérias-primas estratégicas, entre as quais a borracha. Durante a Primeira Guerra Mundial, cada pessoa utilizava no serviço militar 16 quilos de borracha, enquanto na Segunda Guerra Mundial essa quantidade tinha aumentado para 98 quilos, motivo pelo qual estava justificada a qualificação da matéria-prima como “estratégica” (SECRETO, 2007, Pág.61).

Segundo Carlos José de Farias Pontes (2015) venceria a guerra, na visão dos Aliados, o bloco de países que tivesse a maior quantidade de borracha, uma vez que a goma elástica era usada na fabricação de pneus, de componentes de aviões, tanques, armas, submarinos etc. Nos diz o autor: “Um tanque de guerra, para se ter uma ideia mais precisa da importância da borracha no cenário bélico, tinha meia tonelada de borracha, portanto “a borracha era o nervo da guerra”.

De acordo com Guillen (1997), com os Acordos de Washington, o Brasil se comprometeu a fornecer matérias-primas necessárias aos EUA em sua atividade econômica e principalmente nos esforços de guerra, assim como também permitiu às forças armadas dos EUA a instalação de bases militares no Nordeste brasileiro. Em contrapartida, o governo norte-americano auxiliaria financeiramente a modernização das forças armadas brasileiras e a criação de empresas nacionais que atuariam em importantes setores econômicos, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. A necessidade urgente de borracha exigia um grande esforço governamental para mobilizar pessoas rumo à Amazônia para trabalhar na extração de látex, seiva com a qual é feita a borracha. Isso deveria ser realizado em um curto prazo, pois como dizia Vargas, era necessária "mais borracha em menos tempo".

Com a invasão japonesa das regiões produtoras de seringais no sudeste asiático (Indonésia e Malásia), os mercados ocidentais precisavam desesperadamente de látex para a produção de borracha para seus pneus de carros de combate. Ora, na Amazônia estavam os seringais esquecidos desde o começo do século XX, com uma produção bastante reduzida. A burocracia central, que tinha no serviço de abastecimento do Vale Amazônico o seu ponto de atuação mais visível, percebia a possibilidade de deslocar para o grande Vale milhares de nordestinos acossados pela seca e pela dificuldade do acesso à terra. Parecia a possibilidade de retomar o mesmo caminho

feito pelos cearenses que, em fins do século XIX, acabaram conquistando (a que preço?) o território do Acre à Bolívia (RIBEIRO, 2006, Pág.82).

Tal contexto fez o governo brasileiro mudar seus planos para a Amazônia. A ideia de ocupação gradual e fixação do homem à terra jazia diante da necessidade de retomar o extrativismo já praticado entre o fim do século XIX e o início do século XX, quando ocorreu o primeiro ciclo da borracha. O governo promoveu uma campanha nacional de recrutamento de trabalhadores para a “Batalha da Borracha”, utilizando a propaganda para atraí-los ao serviço e convencê-los de que seriam protegidos pelo governo de possíveis abusos por parte dos seringalistas. No discurso do governo, os futuros recrutados eram comparados aos brasileiros que integraram a FEB e foram à Europa para lutar junto aos Aliados contra o nazifascismo.

O Brasil insultado na sua honra e compreendendo o dever de lutar pela liberdade do mundo, na guerra de vida ou morte que ora se trava (...). É a nossa própria dignidade que está em jogo (...). Mas não só pelas armas podemos e devemos concorrer para o triunfo completo da liberdade humana (...). Assim, tanto é soldado o que se alista no quartel, como o que se oferece para trabalhar nos seringais da Amazônia: um é o soldado da caserna, o aviador, o marinheiro; o outro é Soldado da Borracha, herói da Amazônia. Ambos estão em igualdade de condições perante a Pátria... (NASCIMENTO apud FERREIRA, 1991:02)

Assim, o governo Vargas empreendeu uma campanha de recrutamento de trabalhadores que visava principalmente atender a demanda internacional por borracha natural, já que de acordo com Secreto (2011) : “Com a deflagração da guerra, afirma o historiador Warren Dean, descobriu-se que as companhias químicas norte-americanas não dominavam o procedimento para a produção de borracha sintética, daí a busca frenética de alternativas”. Porém, essa campanha em prol do deslocamento de trabalhadores para a Amazônia também era uma oportunidade de viabilizar o projeto da Marcha para o Oeste povoando a região, sendo este um esforço anterior aos Acordos de Washington, como afirma Guillen (1997) : “Os incentivos para a migração começaram já em 1940, na forma de distribuição de passagens gratuitas para quem se dispusesse a migrar para a Amazônia”. A seca que atingiu o Nordeste em 1942 foi um fator que impulsionou a migração de trabalhadores para o Norte em busca de melhores condições de vida. O governo se valeria dessa esperança dos arigós (como eram chamados os migrantes nordestinos) em uma “vida nova na Amazônia”<sup>1</sup> para convencê-los a migrar, alimentando neles a ilusão de que enriqueceriam com o trabalho nos seringais, ao que depois poderia se seguir a vinda de suas famílias para a região e um processo de sedentarização que afinal era o plano original para a ocupação da Amazônia.

#### **4 NORDESTINOS NA AMAZÔNIA: A BATALHA DA BORRACHA**

Em 1942 o governo brasileiro iniciou uma campanha em prol do aumento da produção de borracha no país, visando a venda desta aos Estados Unidos para ser utilizada nos esforços

1\* Esta frase estampou um dos cartazes da propaganda do governo em prol do recrutamento de trabalhadores para o Exército da Borracha.

de guerra dos Aliados. A mobilização de homens para trabalhar extraindo látex nos seringais da floresta amazônica era a principal estratégia para alcançar o objetivo da campanha. De acordo com Secreto (2007), para tal, o regime elaborou uma propaganda baseada numa imagem idealizada da Amazônia, que seria uma terra de fartura em contraste com a miséria do sertão nordestino assolado pela seca. A propaganda também visava convencer aos futuros soldados da borracha que eles teriam direitos trabalhistas, ficariam com uma parte de tudo o que produzissem e teriam um reconhecimento análogo ao dos pracinhas da FEB (Força Expedicionária Brasileira) por seus esforços.

O ano de 1942 foi marcado por uma seca no Nordeste brasileiro, que provocou a migração de muitos habitantes do interior para o litoral de seus estados, algo que o governo queria conter. O Ceará foi o estado mais afetado por essa seca, assim como em tantas outras de que se têm registros na história do Nordeste. Urgia ao poder público, tanto na esfera estadual quanto na federal, encontrar meios de lidar com essa crise humanitária.

Em 19 de março de 1942, dia de São José, a seca foi novamente “decretada” no Ceará, com todos os atributos que já conhecemos. O jornal O Povo, de 27 de março de 1942 anunciou que “Fortaleza começa a ser invadida pelos Flagelados da Seca”, e que dificilmente se poderia conter “a avalanche humana que ruma para as “regiões menos expostas à seca”. A “visita dos deserdados da sorte”, “andrajosos e famintos”, vinha provocando as igualmente conhecidas providências tomadas pelos órgãos estatais, com vistas a “atenuar o flagelo” (NEVES, 2001, p.115).

A situação de desemprego dos habitantes da zona rural diante da seca e a necessidade de migração de pessoas para a região amazônica foram fatores que confluíram para o surgimento da ideia de recrutamento desses indivíduos para o “Exército da Borracha”. Esse recrutamento, porém, não se daria de forma compulsória, pois o governo buscou convencê-los a migrar através da propaganda. Para intelectuais ligados ao regime, a migração para o Norte seria uma saída muito mais adequada para o dilema em questão do que a “fuga” dos sertanejos aos grandes centros urbanos.

[...] Beneval de Oliveira dizia que era necessário aceitar os movimentos dos sertanejos que, empurrados pelas secas, eram obrigados a procurar outros ambientes mais favoráveis à existência. O salutar e desejável, dizia, seria que esse movimento se realizasse para outras zonas rurais e não para as cidades. Por isso as migrações planejadas eram, para ele, a melhor solução achada pelo Estado, "reajustando as populações dentro de seus territórios". Exemplo disso seria o encaminhamento de trabalhadores nacionais, principalmente do Nordeste, para a planície amazônica (SECRETO, 2007, p. 25).

Com o objetivo de realizar o recrutamento e o transporte de trabalhadores para a Amazônia, o governo brasileiro criou o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), estabelecendo sua sede em Fortaleza, no Ceará. O SEMTA foi a principal instituição criada em função da Campanha da Borracha, porém outras foram criadas, como a SAVA (Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico), os Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP), o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) e o Banco de Crédito da Borracha. Os Estados Unidos colaboraram ativamente com a Batalha da Borracha, dando auxílio a essas instituições e criando uma empresa para atuar junto a elas.

[...] o governo dos EUA criou a Rubber Development Corporation (RDC), empresa responsável pela compra da borracha crua ou manufaturada, acompanhamento da produção, fornecimento de alimentos, navios e demais utensílios necessários. O contrato com o governo brasileiro garantia a compra de toda a borracha que a Amazônia conseguisse produzir até dezembro de 1946. A RDC trouxe também dos EUA uma grande quantidade de navios e lanchas para integrar o corpo de transporte de pessoas e mercadorias para a Amazônia (CHAVES, 2021, p. 279).

Com relação à propaganda em prol do recrutamento de trabalhadores, coube ao artista suíço Jean-Pierre Chabloz desenhar os cartazes a serem expostos pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) em todo o Brasil. A propaganda visava convencer os homens, principalmente os nordestinos, a migrar para a Amazônia para realizarem o serviço tão necessário ao esforço de guerra dos Aliados. Conforme afirma Secreto (2007), Chabloz tentou transmitir a ideia de que a Amazônia era uma "terra de esperança", como escreveu num esboço de cartaz que depois ficaria definido com um desenho de uma frota de caminhões cheios de homens deixando o sertão com toda a sua sequeidão e miséria e indo em direção à paradisíaca Amazônia, acompanhado da seguinte frase: "Rumo à Amazônia, terra da fartura". A propaganda criava a impressão de que eles teriam melhores condições de vida lá, prosperando com o seu trabalho e a proteção do governo. A Amazônia seria um novo "Eldorado"<sup>2</sup>.

O mês de junho de 1943 foi declarado pelo presidente Vargas como "o mês da borracha" devido à intenção do governo de incentivar um intenso aumento na produção de borracha no país naquele momento. Com um apelo especial para os municípios, o governo incentivou a extração de látex de seringueira, mas também de látex de outras plantas como a maniçoba e a mangabeira. Na Paraíba, o jornal "A União" pertencente ao governo estadual veiculou a propaganda do Governo Federal voltada para esse objetivo.

Lembre-se: é o Brasil que confia na sua capacidade de trabalho, são as armas Aliadas que contam com seu braço forte para conseguir mais borracha! Junte-se aos outros brasileiros que já se estão dedicando a essa tarefa. Tome informações na prefeitura de sua localidade, para extrair o látex da mangabeira, da maniçoba ou da seringueira; para cortar os troncos, recolher a seiva, preparar as lâminas de borracha, defumar o látex. Aí, também lhe indicarão onde poderá entregar a borracha colhida, para receber, imediatamente, o valor da mesma (Jornal A União, edição de 27/06/1943, p.6).

Como vemos no trecho acima, faz-se um apelo patriótico ao leitor para que contribua com o mês da borracha, realizando em sua localidade o trabalho de extração de látex e a defumação do mesmo, assim produzindo borracha para ser vendida ao Governo Federal. Nota-se, portanto, que não é um anúncio com o objetivo de recrutar trabalhadores para produzir borracha na Amazônia, mas que tem o intuito de incentivar a produção de borracha em outras regiões do país para o mesmo destino: a venda aos Estados Unidos para o emprego nos esforços de guerra dos Aliados. Porém, dentre os recrutados para o trabalho nos seringais amazônicos nessa época houve alguns paraibanos que deixaram o estado e se deslocaram para o Norte integrando o Exército da Borracha.

Coube ao SEMTA realizar o processo de recrutamento, admissão e transporte dos trabalhadores para o serviço nos seringais amazônicos. De acordo com Campos (1971 apud

2\* Referência a uma mítica cidade de ouro perdida na selva sul-americana.

Green, 2007), em seu curto período de existência o órgão recrutou cerca de 50 mil homens. O interessado deveria comparecer em um dos postos de recrutamento espalhados pelo Nordeste. Em seguida, seria submetido a uma inspeção de saúde realizada por médicos a fim de verificar sua aptidão ao serviço. Era essa uma parte fundamental do recrutamento e se o candidato não fosse aprovado nela, não era admitido. Comprovada a aptidão do candidato, ele assinava o contrato de encaminhamento e embarcava no transporte para a Amazônia. A existência de um contrato era fundamental para o governo afastar do imaginário dos recrutados o risco de serem abandonados à própria sorte após a chegada ao destino e escravizados pelos seringalistas. Secreto (2007) nos informa que entre os recrutados, havia homens solteiros e pais de família, sendo que estes últimos podiam optar por uma assistência financeira aos seus dependentes que seria descontada dos seus vencimentos enquanto vigorasse o contrato. A maioria deles foi alocada nos estados do Amazonas ou Pará. Outra parte foi levada ao Acre (à época um território federal) e algumas centenas de homens a seringais no Mato Grosso.

Esse Exército da Borracha era formado por três contingentes:

- 1) de recrutados pela SEMTA e CAETA, e outros órgãos oficiais, eram sertanejos nordestinos, em sua maioria cearenses, que buscavam fugir da seca e melhorar de vida;
- 2) de cangaceiros presos nas cadeias do Nordeste e detentos recrutados em Presídios do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, além de desempregados e aventureiros do Centro-Sul;
- 3) de seringueiros e indígenas, aculturados com o modo de vida caboclo, que já viviam na Amazônia quando eclodiu a guerra e foram arregimentados para o trabalho de extração de látex (LIMA, 2022, p.74 - 75).

Embora a maioria dos recrutados no Nordeste fosse cearense, também homens de outros estados como o Rio Grande do Norte e a Paraíba embarcaram para a Amazônia a fim de servir ao país na Batalha da Borracha. Em um depoimento concedido a Frederico Alexandre de Oliveira Lima no dia 18 de Janeiro de 2012, na cidade de Rio Branco – AC, o paraibano Joel Batista Ribeiro, natural da cidade de Borborema-PB, conta que na época morava com a mãe e os irmãos numa fábrica de tecidos em Mamanguape-PB. Após ser abandonada pelo marido, a mãe decide ir com Joel e os irmãos para a capital João Pessoa, onde fica sabendo da campanha de alistamento de trabalhadores para produzir borracha na Amazônia.

Nós morava num lugar por nome Rio Tinto, numa fábrica de tecido, eu junto com meus irmãos, minha mãe e meu pai. Aí meu pai, já de uma certa idade, já com seus 60 anos, foi trabalhar em uma usina de açúcar, por nome “Boca de Mata”, e por lá encontrou uma viúva e se esqueceu de minha mãe. Minha mãe meio desgostosa por isso nos convidou, “meu filho vamos embora para cidade, para João Pessoa”. Aí nós viemos para João Pessoa. Quando chegamos em João Pessoa, nesta época de (19)42... desde (19)37 a (19)42 a (19)47, tava vindo gente para cá (Amazônia – Acre). Aí quando chegamos em João Pessoa, tava esse alistamento para quem quisesse vir para o Amazonas, e lá minha mãe aproveitou esse ensejo e alistou tudinho. Minha mãe nos alistou por que meu pai já estava separado de minha mãe. Nós era sete irmão, só que ficou três irmão, por que eram casados. O resto era solteiro: eu, Euclides, a Joana e o Cícero... e o Levy. Eita rapaz que era muito irmão. Todos acompanhamo minha mãe para o Amazonas, ela era principal (LIMA, 2013, p. 71).



Estima-se que foram trasladados para a Amazônia um número entre 50 mil a 60 mil brasileiros para o serviço da borracha durante a Segunda Guerra Mundial. Eram transportados em caminhões, trens ou navios do governo até os pousos, que eram alojamentos sob a responsabilidade do SEMTA construídos para a estadia dos soldados da borracha até que ocorresse seu deslocamento aos seringais. Nos pousos, os futuros seringueiros recebiam alimentação, roupas, materiais para o trabalho, assistência médica e treinamento. Os recrutados eram submetidos a regras rígidas, o que muitas vezes causava um descontentamento que levava à fuga de alguns deles. De acordo com Álem da Silva Coelho (2019) os campos de pouso possuíam uma estrutura semelhante a de um campo de concentração e os migrantes eram tratados como prisioneiros. Esta comparação, apesar de nos fazer pensar nos campos de extermínio administrados pelos nazistas na Europa, serve para compreendermos que os recrutados para o trabalho nos seringais amazônicos viviam em condições precárias nesses campos, perdendo sua dignidade humana. Questionado sobre essa semelhança dos campos de pouso com campos de concentração durante uma Comissão de Inquérito sobre a Batalha da Borracha, o Dr. Ezequiel Burgos, antigo médico do Serviço Especial de Saúde Pública na Amazônia, chegou a afirmar:

Considero muito pior. O soldado da borracha só tinha direito à comida ruim e ao carapanã. O preso não tinha direito de sair. Certa vez tive sério desentendimento com o Cel. Barbato, chefe do Paredão, quando usava de medidas drásticas, querendo prender a torto e a direito. Julgava até certo ponto a medida justa. Entretanto, lembrei-lhe ser de todo conveniente fossem construídos campos de football e instalados rádios. Disse ao Cel. Barbato que prendendo essa gente, os distúrbios se repetiriam como sucedia no Pará. Não os tínhamos na Amazônia porque o pessoal quando queria, saía” (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, 1946, p. 4285).

O “carapanã” citado pelo ex-médico do SESP é um termo de origem indígena comum no dialeto amazônico usado para se referir a mosquitos. Além de terem acesso a uma alimentação de má qualidade devido à desorganização dos órgãos responsáveis pela distribuição de alimentos, muitos soldados da borracha adoeciam nos campos de pouso devido a doenças transmitidas por picadas de mosquitos, principalmente a malária. Segundo Coelho (2019) os campos de pouso não tinham muros, mas possuíam cercas que eram vigiadas por guardas armados na área externa. Já a área interna era vigiada por guardas desarmados, geralmente recrutados entre os próprios soldados da borracha. Os recrutados chegavam a ficar semanas ou até meses nos campos de pouso até finalmente serem levados aos seringais. Chegando lá, se deparavam com uma realidade bem diferente da inventada pela propaganda varguista.

O cotidiano dos soldados da borracha nos seringais amazônicos foi marcado por imensas dificuldades, a começar pelo fato de que já chegavam endividados com os donos da terra. Segundo Lima (2004 apud Neves, 2013) eles eram cobrados pelo transporte, pela alimentação e estadia no pouso até ali, portanto trabalhavam para pagar essas dívidas. A ilusão de enriquecer trabalhando na Amazônia esvaía-se. Diante disso, convém lembrar as palavras de Euclides da Cunha sobre a vida do retirante nordestino nos seringais da Amazônia: “o sertanejo emigrante realiza, ali, uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se”<sup>3</sup>.

3\* CUNHA, 2000, p.152.

Secreto (2007) nos informa que o equipamento fornecido pelo SEMTA para a sobrevivência e trabalho dos soldados da borracha era composto por uma calça de mescla azul, uma blusa de morim branco, um chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, um talher que era colher e garfo, uma rede e um saco de estopa. Eles moravam em barracas construídas com material fornecido pelos seringalistas. O trabalho começava de madrugada, quando eles saíam das barracas com uma poronga (lamparina) na cabeça, uma faca para cortar o tronco das seringueiras (em substituição ao machado usado durante o primeiro ciclo da borracha) e os recipientes que armazenavam o látex que escorria dos cortes. O trabalho só terminava após a defumação do látex, feita por eles nas barracas, resultando na confecção de pélas de borracha que seriam entregues aos seringalistas para serem vendidas.

Enquanto os pracinhas da FEB estavam na frente de batalha na Europa, os Soldados da Borracha estavam na frente de batalha na Amazônia e fazendo seus exercícios de guerra que era a extração do látex, pois saíam pela madrugada para percorrer a estrada, o nome dado a um grupo de 100 a 200 seringueiras que um homem cortava. Cada estrada era percorrida duas vezes ao dia: na ida, o seringueiro abria cortes na árvore e colocava o recipiente em que cairia o látex, na volta, recolhia o produto depositado nestes recipientes (COELHO, 2019, p. 44-45).

Muito daquilo que ficou estabelecido no contrato assinado pelo seringueiro não saiu do papel. No contrato havia a garantia de 60% de lucro do seringueiro sob toda a borracha que produzisse. No entanto, ele não conseguia lucrar devido às dívidas contraídas com o dono da terra onde trabalhava. De acordo com Lima (2004 apud Neves, 2013) o sistema de aviação, baseado numa espécie de escambo constituído pelo fornecimento de mantimentos a altos custos pelos patrões aos seringueiros em troca da sua produção, fazia com que os arigós estivessem sempre com dívidas no barracão (local onde o seringueiro realizava a troca da sua produção por mercadorias para o seu consumo). Somente em raras exceções um soldado da borracha conseguia lucrar com sua produção e assim ter condições de retornar ao Nordeste. Isso está diretamente ligado ao grau de fidelidade dos patrões às cláusulas do contrato-padrão elaborado pelo governo. Na prática, a observância do contrato dependia totalmente do seringalista, pois os órgãos do governo não tinham condições de fiscalizar de forma eficiente as relações de trabalho nos seringais. Segundo Reginâmio Bonifácio de Lima (2022), diante desse abandono por parte do governo, os seringueiros buscaram resistir à exploração por meio de estratégias que visavam livrá-los da dependência dos patrões, desenvolvendo atividades para a sua subsistência (plantio, caça e pesca), vendendo a borracha aos regatões (pequenos comerciantes que atravessavam os rios de barco) e cogitando fazer uma revolta armada contra os seringalistas.

Os seringueiros buscaram formas de lutar e resistir a essa condição de exploração à qual estavam sujeitos. Vários seringueiros se utilizaram de práticas sub-reptícias para burlar o sistema no qual eram forçosamente inseridos. Assim, alguns passaram a inserir pedras nas pélas para aumentar o peso do produto, grudar sernambi<sup>4</sup> junto às pélas ou vender o produto vegetal ao regatão (LIMA, 2022, p. 85).

Além dessas estratégias de resistência, muitos seringueiros tentaram recorrer às

4\* Borracha de má qualidade. Restos de leite coalhado nas “madeiras”, no pé das seringueiras.

autoridades locais para combater os abusos cometidos pelos seus patrões e conseguir melhores condições de trabalho nos seringais. Em um desses casos, ocorrido no Acre, os seringueiros buscaram o auxílio de religiosos para levar ao interventor federal as suas reivindicações. Porém, esses religiosos foram intimidados pela autoridade e transferidos para o Sul do país, ficando ignoradas as queixas dos trabalhadores.

No dia 19 de janeiro de 1943, duas centenas de seringueiros arigós estavam fazendo um abaixo-assinado com reclamações sobre as péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam sendo submetidos nos seringais próximos a Rio Branco, para ser apresentado ao interventor territorial do Acre, Coronel Silvestre Coelho. Pediram que o jovem Padre cearense José Carneiro de Lima lhes redigisse os termos das reivindicações. Consta no Livro do Tombo da Prelazia do Acre e Purus que o Padre José Carneiro e seu irmão Padre Peregrino foram convocados a comparecer no Palácio do Governo, onde foram ameaçados de serem entregues às autoridades da República e levados a uma corte marcial por sabotarem os esforços de guerra do Brasil (PRELAZIA DO ACRE E PURUS, 1920-1970, p. 45). A Prelazia achou por bem transferir os jovens padres para Santa Catarina até o final do mandato do interventor. Quanto às reclamações dos seringueiros, não consta em qualquer documento acessado que tenham sido atendidas (LIMA, 2022, p.86).

Outra dificuldade enfrentada pelos soldados da borracha na floresta amazônica foram os frequentes conflitos com os indígenas. Como a atividade extrativista ocorria nas terras onde habitavam, os nativos resistiam à ocupação da floresta atacando os seringueiros. Estes reagiam agredindo-os e matando-os nas chamadas “correrias”, contribuindo assim para a continuidade do genocídio indígena tão característico do período colonial, quando era realizado pelos bandeirantes. Aqui temos o depoimento de um seringueiro sobre ataques de indígenas que sofreu junto com os colegas:

Lá onde eu estava tinha e tem muito índio. Só em 45 e 46 eles me atacaram 3 vezes. Dia 30 de março, eles atacaram nós. Depois em agosto eles vieram de novo e atacaram o cozinheiro. Depois, em 28 de janeiro, eles atacaram de novo. Em janeiro de 1946. O patrão mandava fazer correria, mas não servia de nada. Eles eram brabo no mato. Em (19)49, o Pedro Biló passou o verão todinho matando índio. Eles não tava mais deixando o pessoal trabalhar. Ele vinha passava cinco seis dias descansando aí entrava no mato e ficava dez quinze dias na mata só matando índio. Ele andava com dez quinze homens para ajudar (LIMA, 2014, p.13).

Após as correrias, os índios que não eram mortos acabavam sendo levados para os seringais, onde eram forçados a trabalhar. O governo tinha ciência desse genocídio na floresta, porém quase sempre fazia vista grossa, com eventuais e tímidas iniciativas realizadas com o intuito de combatê-lo.

A saúde desses seringueiros ficava muito comprometida devido às suas precárias condições de moradia e trabalho. Como eles dormiam em redes, careciam de proteção contra os carapanãs (mosquitos), ficando expostos às suas picadas que traziam consigo doenças como a malária, muito comum na região. A doença geralmente impossibilitava o seringueiro de trabalhar e de acordo com Frederico Alexandre de Oliveira Lima (2013) os medicamentos que eram disponibilizados pelo governo dos Estados Unidos ao Serviço Especial de Saúde Pública para serem distribuídos gratuitamente aos seringueiros eram repassados aos seringalistas, que cobravam pelos remédios. Assim sendo, muitos seringueiros acometidos

pela malária não tomavam a atebrina (medicamento antimalárico fornecido em substituição ao quirino) pois teriam que comprá-la dos patrões e com isso aumentariam suas dívidas no barracão. Ao saber disso, o SESP procurou coibir essa desonesta prática dos patrões, ameaçando aos que vendessem os medicamentos com a possibilidade de serem processados pela justiça. Aqui temos o depoimento do Sr. Joel Batista Ribeiro, que foi seringueiro em Rio Branco - AC e contraiu malária, sendo levado a Manaus para tratamento médico:

Eu peguei uma malária eu quando dava uma hora da tarde eu não fazia mais nada, me arriava mesmo. Passei quase um ano com essa malária e não tomava nada, só esperava para ver o que ia acontecer. Então eu vim para Manaus, lá eu fui pra um hospital e me deram uma injeção de palutônico. Era uma injeção que dava assim uns 8 centímetros, quase da grossura de uma garrafa e azul. Aí me deram essa injeção no braço e foi dor grande. Mas dessa injeção até hoje, já andei por um bocado de rios e malária nunca me perseguiu (LIMA, 2013, p.96).

Além da malária, os soldados da borracha eram acometidos por doenças como beribéri, meningite, verminose, hanseníase e outras doenças transmitidas por picadas de mosquito. A defumação do látex realizada por eles também ocasionava problemas de saúde devido à fumaça.

A maioria dos trabalhadores que retornavam doentes de malária dos seringais tinha a saúde prejudicada ainda por outras doenças. Muitos eram enviados de volta para Fortaleza e, eventualmente, para seus locais de origem. Em novembro de 1943, “muitos migrantes estavam retornando do alto Amazonas em deploráveis condições físicas e muitos mais eram esperados na mesma condição”. Durante o ano de 1944, uma média de 65 trabalhadores retornavam a cada mês. Esse fluxo de retornados prosseguiu nos anos seguintes; no relatório de 1946, registrou-se que os migrantes continuavam a voltar em “extremo estado de necessidade”, atacados por “catarrão”. Estudo clínico do médico Morrison Faria, do Sesp, concluiu que a doença que tanto atacava os seringueiros, por eles batizada de “catarrão”, era na verdade bronquite crônica, adquirida pela aspiração da densa fumaça utilizada no processo de coagulação da seiva da borracha. Uma doença ocupacional, portanto (CAMPOS, 2006, p. 156).

Como vemos no trecho acima, muitos trabalhadores voltavam ao Nordeste acometidos por doenças adquiridas em decorrência do trabalho nos seringais ou mesmo na defumação da borracha, que faziam nos tapiris<sup>5</sup>.

Além da bronquite crônica ou “catarrão” como era chamada pelos seringueiros, muitos deles chegaram a ficar cegos por conta da fumaça, que prejudicava a visão.

Não bastassem esses problemas, muitos Soldados da Borracha perderam a visão ocasionada pela fumaça oriunda da defumação do látex. Segundo a professora aposentada Maria do Socorro Menezes, seu marido era natural do Estado da Paraíba, serviu o Brasil como Soldado da Borracha e foi acometido de cegueira muito jovem. Ela afirmou, ainda, ter conhecido dois companheiros de seu marido que também eram Soldados da Borracha, que ficaram cegos. Afirmou que só veio saber que a fumaça da defumação da borracha produz cegueira muitos anos após seu marido ter sido acometido desse mal (NEGREIROS, 2004 apud MARTINELLO, 2011).

A precariedade da assistência médica nos seringais agravava a situação de vulnerabi-

5\* Palhoças, choupanas construídas para abrigar provisoriamente seringueiros, lavradores etc.

lidade dos trabalhadores às enfermidades próprias da região amazônica e dos procedimentos necessários à produção da borracha. Em raros casos o seringueiro conseguia acesso a um tratamento médico eficaz.

Enquanto os soldados da borracha realizavam a batalha da produção na Amazônia, suas famílias no Nordeste esperavam por notícias, recebendo a assistência estabelecida no contrato e aguardando o retorno deles após o prazo de dois anos ou o auxílio do governo para serem levadas ao encontro deles na Amazônia. Como muitos deles eram pais de família, suas esposas, que haviam ficado no nordeste com os filhos, tentavam conseguir notícias deles escrevendo cartas para o presidente Vargas, muitas vezes se queixando de suspensões no pagamento da assistência prometida. Também escreviam cartas endereçadas a seus maridos, porém estas quase sempre não chegavam a eles. Assim, muitas mulheres viveram a incerteza de não saber nada sobre a situação de seus maridos no Norte.

## **5 AS ESPOSAS DOS SOLDADOS DA BORRACHA ESCREVEM PARA O PRESIDENTE VARGAS**

Durante a batalha vivida nos seringais por muitos soldados da borracha que haviam deixado suas famílias no Nordeste, algumas de suas esposas optaram por ficar abrigadas com os filhos em hospedarias improvisadas pelo governo, a exemplo do núcleo Porangabussu, localizado em Fortaleza. Porém, essas mulheres não se comportaram passivamente durante esse período longe dos maridos, pois reivindicaram publicamente o direito à assistência que lhes fora garantido no contrato assinado por seus maridos. De acordo com Secreto (2007) em alguns momentos, essa assistência foi cortada, o que levou a queixas por parte das esposas dos trabalhadores expressas por meio de cartas destinadas ao então presidente Getúlio Vargas.

Aqui vemos uma dessas cartas, escrita por um grupo de mulheres do Crato, no Ceará, em que elas pedem providências ao presidente sobre a suspensão do pagamento da assistência que recebiam e recusam as passagens que lhes foram oferecidas para o Amazonas.

“Crato, Ceará  
Presidente República  
Rio

Nós, abaixo assinadas, mulheres dos soldados da borracha, domiciliadas Crato (Ceará), vimos perante V. Exa pedir providências sobre suspensão nosso pagamento diárias, de ordem doutor Falcão, alegando dará passes. Não temos notícias nossos maridos, cujo paradeiro ignoramos. Impossível aceitar passes porque ignoramos destino.

Confiamos V. Exa, dará solução satisfatória, mantendo nosso pagamento aqui, conforme foi combinado. Resposta para Padre Lauro Pita, Crato - Ceará.

Saudações respeituosas.

Irinéa Leandro, Ana Maria Espírito Santo, Isabel Belisa, Ana Maria Conceição, Argentina Costa, Maria Luiza do Carmo”. (SECRETO, 2007, p.106)

Em Mossoró, no Rio Grande do Norte, um grupo formado por 54 mulheres, das quais só consta na carta o nome de Jovelina Luciana de Sousa, escreveu para o presidente em 20 de junho de 1944. Na carta elas se identificam como “esposas, mães, noivas e irmãs de trabalhadores que há mais de um ano deixaram seus lares, afim de procurar melhores condi-

ções de vida no extremo norte do país, forçados pela situação de miséria que encontrava-se em sua terra natal, viajaram para a Amazônia, com esperanças de serem bem sucedidos e prestarem relevante serviço à pátria no combate ao inimigo comum, produzindo borracha para a vitória das nações unidas” (SECRETO, 2007, p.106 - 107). Elas contam que recebiam dois cruzeiros no fim de cada mês, o que era suficiente para seu sustento apesar da carestia de vida que havia na época. Porém, o auxílio dado pela CAETA havia sido cortado, o que deixou em estado de calamidade as famílias dos trabalhadores “em grande parte numerosas”. As mulheres encerram a carta fazendo um apelo ao presidente para que atenda suas demandas, enfatizando a importância do serviço que os chefes de suas famílias estavam prestando à pátria na Amazônia.

Já com relação à cartas escritas por dependentes de soldados da borracha na Paraíba, encontramos num fundo do Gabinete Civil da Presidência da República que integra o Arquivo Nacional o registro de uma carta enviada em 1944 por uma mulher de nome Maria Emília Ramos Câmara, moradora da cidade de Tacima - PB, pedindo uma pensão para si e seus 12 filhos, em virtude de seu marido, José Mariano Câmara, ter seguido em 04/12/1943 para o Amazonas para trabalhar na extração da borracha e não ter mandado notícias ou recursos.

Não sabemos quais foram as respostas dadas as respectivas cartas aqui citadas, mas presumimos que as reivindicações não foram atendidas. Para além do abandono dos maridos nos seringais, é razoável imaginar que essas mulheres também passaram por dificuldades resultantes da sua situação de desamparo e do descaso do órgão responsável pela assistência.

## **6 O FIM DA GUERRA E A CPI DA CAMPANHA DA BORRACHA**

Após seguidos bombardeios à cidade de Berlim feitos pelos Aliados em meio à guerra, Adolf Hitler, líder da Alemanha Nazista, se suicidou em 30 de abril de 1945, ao que se seguiu a rendição da Alemanha aos Aliados, oficializando a derrota do nazifascismo na Europa. Milhares de brasileiros contribuíram para esse feito histórico, lutando nos fronts de batalha na Europa no combate ao exército nazista. Em 2 de setembro de 1945, após os bombardeios nucleares feitos pelos EUA nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, o Japão declara sua rendição incondicional aos norte-americanos. A Segunda Guerra Mundial chegou ao fim. Dos 25 mil brasileiros que foram enviados à Europa integrando a FEB a fim de combater o nazifascismo, pouco mais de 400 morreram nos campos de batalha. Segundo Álem da Silva Coelho (2019) os pracinhas da FEB foram reconhecidos pela sua contribuição para a vitória dos Aliados, por meio de leis criadas e promulgadas a partir de 1950 que visavam garantir-lhes assistência do Estado para si e para sua família. Porém os brasileiros recrutados pelo governo para o trabalho de extração de látex e produção de borracha na Amazônia, mesmo desempenhando um papel de suma importância para os esforços de guerra dos Aliados, não foram reconhecidos por isso, sendo que a maioria deles foi simplesmente esquecida no Norte do país e largada à própria sorte.

Segundo o DNI, 2.160 retornaram em 1945, 3.269 retornaram em 1946 e 601 retornaram em 1947. Os números oficiais dão conta de que apenas 6.030 ex-seringueiros foram recambiados com passagem e assistência por parte do DNI e da Comissão Especial de Assistência aos Trabalhadores da Borracha

(MAIA, 1947, p. 29). Outros seringueiros retornaram para suas casas por conta própria, contudo, a maior parte deles ficou residindo na Amazônia ou faleceu sem que se tivesse notícia oficial sobre seu paradeiro (LIMA, 2022, p.87).

Com o fim do domínio japonês sobre os seringais asiáticos, os estadunidenses perderam o interesse na produção de borracha oriunda da Amazônia. Os norte-americanos deixaram a Amazônia em 1946, mas a maioria dos soldados da borracha continuou lá esperando o auxílio do governo para retornar ao Nordeste.

Tratores foram abandonados em plena floresta, barcos foram deixados incompletos nos estaleiros, os aeroportos operados por pessoal americano ficaram, de um dia para o outro, à mercê de inexperientes e atônitos funcionários brasileiros, estruturas para construção se viram abandonadas nas barrancas dos rios, etc (LIMA 1985, p. 110 apud MARTINELLO 2013, p. 320).

Em outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto da presidência pelos mesmos militares que o apoiaram na implantação do Estado Novo. Após o fim do regime, o país passou por um processo de democratização, com a realização de eleições diretas para a presidência da república (das quais saiu vitorioso o ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra) e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte que ficaria encarregada de elaborar e promulgar uma nova carta magna para o país em substituição à autoritária Constituição de 1937. De acordo com Lima (2013), nesse contexto foram formadas várias comissões de inquérito no Congresso Nacional a fim de investigar os atos da ditadura varguista, dentre as quais a CPI da Campanha da Borracha, visando analisar os Acordos de Washington e o processo de recrutamento, transporte e assistência por parte do governo brasileiro aos soldados da borracha. A instalação dessa CPI foi requerida pelo então deputado federal potiguar João Café Filho e motivada por denúncias vindas do Norte acerca da precária situação de vida desses trabalhadores agravadas pelo descaso do governo, que tanto lhes prometeu proteção na propaganda para o recrutamento. No ano de 1946, as páginas do jornal “O Acre” expuseram a situação de abandono de muitos soldados da borracha no território federal.

Em Rio Branco, capital do território, existem nada menos que dois mil migrantes cearenses, a maioria doentes e formada de mendigos. Muitos deles naturalmente gostariam de regressar ao Ceará. Outra parte, poderia ficar distribuída nos empregos que o governo se esforça por criar. É grande a exploração dessa pobre gente nos seringais (Jornal O Acre, 1946, p. 3).

Conforme afirmam Cruz e Almeida (2017) esses trabalhadores tiveram que buscar alternativas para a sua subsistência com o fim do segundo ciclo da borracha. Homens, mulheres e crianças passaram a se dedicar a atividades como a agricultura familiar, a caça, a pesca e a coleta de castanhas, na maioria das vezes tendo ainda o compromisso de quitar dívidas pendentes com o barracão. Porém, de acordo com Lima (2020) houve aqueles que deixaram a floresta e se dirigiram às cidades, onde ficavam à procura de trabalho até encontrar algum que lhes garantisse o mínimo para a sobrevivência. A CPI seria uma oportu-

nidade de investigar a Batalha da Borracha e pressionar o Estado brasileiro a se responsabilizar pela situação dos seringueiros.

Segundo consta no Diário do Congresso Nacional de 26/09/1946 a comissão parlamentar de inquérito da Campanha da Borracha ocorreu entre julho e setembro de 1946 e foi constituída de 13 sessões nas quais foram ouvidos depoimentos de funcionários públicos e outros trabalhadores que participaram de alguma forma da Campanha da Borracha. Dentre eles estavam:

- Bartolomeu Guimarães, funcionário do Banco do Brasil, designado a 01/10/1942 para chefiar o Serviço Especializado da Borracha na Agência de Manaus;
- Péricles de Carvalho, diretor do Departamento Nacional de Imigração;
- Ezequiel Burgos, antigo médico do Serviço Especial de Saúde Pública na Amazônia;
- Paulo de Assis Ribeiro, que exerceu a chefia do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, o SEMTA;
- Felisberto de Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte;
- Valentim Bouças, diretor executivo da Comissão de Controle dos Acordos de Washington;
- Rui Mário de Medeiros, diretor do Banco de Crédito da Borracha, entre outros.
- Além desses funcionários públicos, quatro ex-soldados da borracha prestaram depoimento à CPI.

Durante as sessões, os depoimentos trouxeram à tona informações acerca do número de recrutados, que ficou estimado entre 52 mil e 53 mil, segundo o diretor do DNI. Porém, de acordo com Lima (2022) a comissão descobriu que houve um recrutamento paralelo feito por seringalistas, que se deu de forma simultânea ao oficial, valendo-se da propaganda do governo, mas sem o contrato e por fora das instituições responsáveis pelo processo. Não ficou definido o número de mortos durante a Batalha da Borracha, mas foi estimado que ocorreram cerca de 20 mil mortes nos seringais, provocadas principalmente pela malária e pela fome. Os depoimentos também expuseram problemas na distribuição da alimentação para os recrutados, resultantes da falta de organização da Rubber Development Corporation. Paulo de Assis Ribeiro chegou a afirmar que em Belém a RDC teve que jogar muitos alimentos no rio, pois não conseguia fazer com que eles chegassem aos seringueiros para o consumo. De acordo com o relatório da CPI publicado no Diário do Congresso Nacional, no que se refere à assistência médica, a avaliação foi ambígua, pois ao mesmo tempo que se reconhecia a importância desta na campanha, também foi criticado o déficit de assistência médica nos seringais, dado o número de seringueiros mortos por doenças. Também foi alvo de críticas a falta de coordenação entre as instituições envolvidas na campanha, sendo que em razão disso Paulo de Assis Ribeiro afirmou ter proposto a Valentim Bouças a unificação dos serviços em um só órgão governamental. A exploração dos seringueiros resultante do sistema de aviamento não passou despercebida nos depoimentos, como vemos neste trecho do depoimento do diretor do Banco de Crédito da Borracha:

Na opinião do Sr. Rui Mário de Medeiros, houve “especulação desenfreada no comércio de distribuição das utilidades, cuja alta sempre crescente suplantou em dobro a elevação conseguida para o preço da borracha. O grande sacrificado foi o produtor, o trabalhador, o seringueiro, em suma” (Relatório da CPI da Campanha da Borracha, publicado no Diário do Congresso Nacional de 26/09/1946).



Ao término dos trabalhos da comissão, os parlamentares recomendaram ao Governo Federal que prestasse amparo imediato aos soldados da borracha que ainda estivessem na Amazônia com pretensões de voltar a seus locais de origem e aos que estivessem impossibilitados de trabalhar devido a problemas de saúde. Também cobrou a tão prometida assistência às famílias dos seringueiros, tendo em vista que muitos deles haviam morrido ou ainda estavam na Amazônia. Por fim, um plano de assistência social e econômica em benefício dos seringueiros que ainda se encontravam na Amazônia produzindo borracha deveria ser elaborado e executado “sem demora”.

## 7 CONCLUSÃO

A Batalha da Borracha é um tema que merece ser mais pesquisado e estudado pela historiografia a fim de tornar-se mais presente na historiografia brasileira e no currículo escolar, devido à sua importância para compreender a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os soldados da borracha desempenharam um papel fundamental para os esforços de guerra dos Aliados, dada a importância da borracha para a confecção de vários itens necessários para o conflito. Porém, esses humildes trabalhadores foram simplesmente apagados da história, esquecidos pelo Estado e pela maior parte da sociedade brasileira que não vivenciou o cotidiano de trabalho dessas pessoas que prestaram um grande serviço à pátria e ao mundo produzindo borracha para a vitória da democracia sobre o autoritarismo das potências do Eixo.

Apesar dos trabalhos da CPI da Campanha da Borracha terem mostrado ao país a precária situação dos trabalhadores recrutados pelo governo para o serviço na Amazônia, os seringueiros não receberam nenhum auxílio do governo, ficando esquecidos no Norte e sujeitos à vontade dos grandes proprietários de terra. Lima (2013) afirma que na década de 1970 em decorrência dos projetos agropecuários, muitos soldados da borracha foram expulsos das terras onde trabalhavam e acabaram largados à própria sorte nas cidades.

Aos seringueiros ainda era imposta uma condição cruel, pois, no fim dos anos 1970, principalmente no Acre, os projetos agropecuários, expulsam os trabalhadores dos seringais para as cidades, derrubando as florestas. Tal processo resulta em nova mudança na condição social desses indivíduos, já que de pobres extratores de látex no seio da floresta, transformaram-se em miseráveis moradores da periferia das cidades amazônicas, sem qualquer auxílio para o trabalho ou para a construção da casa própria (LIMA, 2013, p. 129).

Assim se seguiram décadas em que nada de concreto foi feito no sentido de reconhecer a contribuição desses trabalhadores para a vitória dos Aliados na guerra e consequentemente recompensá-los pelos seus esforços na Batalha da Borracha. O Estado brasileiro adotou um longo silêncio sobre a questão, assim como sobre o desmatamento e o genocídio indígena na Amazônia. No entanto, com o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e a redemocratização do país, essas questões viriam à tona e seriam discutidas por políticos brasileiros a fim de encontrar soluções em meio à nova ordem democrática.

A Assembleia Nacional Constituinte que atuou entre 1987 e 1988 contemplou a questão dos soldados da borracha depois de décadas de esquecimento desses trabalhadores

por parte do Estado brasileiro. Segundo Lima (2013), entre os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 constaram alguns direitos que seriam assegurados pelo Estado aos soldados da borracha e a seus familiares reconhecidamente carentes. Foi a primeira vez na história em que esses trabalhadores conseguiram um reconhecimento pela sua batalha nos seringais, batalha que foi essencial para a vitória dos Aliados na guerra contra o Eixo.

Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.

§ 1º – O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º – Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º – A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

No mesmo ano de 1988, a morte do seringueiro e ambientalista Chico Mendes, assassinado a mando de um fazendeiro do Acre por causa de sua luta em favor dos seringueiros e da preservação da floresta amazônica, gerou uma grande comoção nacional e internacional que deixou ainda mais evidente a exploração sofrida pelos seringueiros e o ímpeto de destruição da floresta presente entre os latifundiários da região. Anos mais tarde, mais precisamente em 1994, foi fundado em Porto Velho o Sindicato dos Soldados da Borracha e Seringueiros dos Estados do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, visando reivindicar os direitos dessa categoria de trabalhadores que historicamente vivenciou condições de trabalho análogas à escravidão.

Em 2014, foi promulgada pelo Congresso Nacional uma emenda constitucional determinando o pagamento de uma indenização em parcela única no valor de 25 mil reais para cada soldado da borracha e para os descendentes daqueles que haviam falecido, para além da pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos já prevista na Constituição Federal. A promulgação da PEC ocorreu durante uma sessão comemorativa em homenagem aos soldados da borracha. Belizário Costa, ex-soldado da borracha à época com 96 anos, esteve presente na sessão e reclamou do valor da indenização diante dos parlamentares, considerando-o “uma mixaria” : “Nós que ganhamos a guerra. Nossos governantes hoje não dão valor para nós. Quando nos contrataram, prometeram tudo. E eu, até hoje nem casa eu tenho. Moro de aluguel, ganho dois salários mínimos que não dão nem para comprar o que comer” (Fonte: Congresso em Foco). O então senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) admitiu que o valor da indenização era exíguo para recompensar o trabalho dos soldados da borracha: “Recebam essa indenização como justiça. É pouca, mas é a justiça que o Estado brasileiro está fazendo neste momento” (Fonte: Agência Senado).

Ao concluir este trabalho, esperamos que aumente o interesse da comunidade acadêmica em pesquisar sobre temas relacionados à migração de nordestinos, pois seu estudo nos auxilia a reconhecer as contribuições que este povo deu ao Brasil em diferentes momentos da sua história. Assim como o tema que aqui abordamos, é importante que temas como a migração nordestina para São Paulo na década de 1950 e a participação dos nordestinos na

construção de Brasília tenham maior visibilidade na historiografia nacional, para que a sociedade brasileira tenha uma maior consciência do papel que os nordestinos desempenharam na história do país, trabalhando a serviço de um ideal de progresso tão presente no Brasil de ontem e de hoje.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Promulgada emenda que beneficia 'soldados da borracha'. 14/05/2014. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/05/14/promulgada-emenda-que-beneficia-os-soldados-da-borracha>

Acesso em: 16 de novembro de 2024.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Repertório Temático de Fontes: Soldados da Borracha - 2ª. ed. rev. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. 44 p.

A UNIÃO. Mês nacional da borracha. Governo do Estado da Paraíba. Edição de 27 de junho de 1943. p.6.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de Março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/3/1939, Página 6615.

BRASIL. Relatório da Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. Diário do Congresso Nacional. Edição de 26 de setembro de 1946. p.37-38.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Organizando o Trabalho: o exército de 'soldados da borracha'. In: Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde

Pública, 1942-1960 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 139-171. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-100-6.

CHAVES, Túlio Augusto. Representações sobre a Amazônia na II Guerra Mundial: entre a Marcha para o Oeste e os Acordos de Washington. Revista Sillogés – v.4. n.1. p.270 - 298. jan./jun. 2021.

COELHO, Além da Silva. NAS TRINCHEIRAS DO LÁTEX: SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NOS TRÓPICOS E A BATALHA DA BORRACHA (1939 – 1945). / ÁLEM DA SILVA COELHO. TEFÉ – AM 2019.

CONGRESSO EM FOCO. “Soldado da borracha” de 96 anos constringe parlamentares; veja o vídeo. Uol. 15/05/2014. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/ex-seringueiro-diz-que-deputado-s-gastam-com-cafe-quantia-oferecida-a-soldados-da-borracha-veja-video/>

Acesso em: 16 de novembro de 2024.

COOPER, Jago. Pesquisadores revelam a verdade por trás do mito do El Dorado. BBC Brasil. 23 de janeiro de 2013. Disponível em:

[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130121\\_pesquisa\\_mito\\_eldorado\\_mv](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130121_pesquisa_mito_eldorado_mv)

Acesso em: 16 de novembro de 2024.

CUNHA, Euclides da, 1866-1909. Um paraíso perdido : reunião de ensaios amazônicos / Euclides da Cunha ; seleção e coordenação de Hildon Rocha. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. 393 p.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. Revista de sociologia e política N° 9, p. 95 - 102. Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. De arigó a soldado da borracha e o fazer-se seringueiro na Amazônia. Revista Tempo Amazônico - ISSN 2357-7274| V. 1 | N.2 | junho-dezembro de 2014 | p. 4-24.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas / Frederico Alexandre de Oliveira Lima. – 2013. 158 f. : il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. O exército da borracha e a brigada esquecida na Amazônia Pós-Segunda Guerra Mundial. Do Caburaí ao Chui: sociedades tradicionais do Brasil. p. 68-97. Editora Panaro, 2022.

PONTES, Carlos José de Farias. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. SOUTH AMERICAN Journal of Basic Education, Technical and Technological. ISSN: 2446 - 4821. Vol. 2. N.1 p.56 - 67. 2015.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A roça y la campana: a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135.

SECRETO, María Verónica. “Mais Borracha Para A Vitória”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas”. Estudios Rurales. Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural. Bernal, Vol. 1 N° 1, 2011. ISSN: 2250. (página 79-107).

SECRETO, María Verónica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas/ María Verónica Secreto. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

VARGAS, Getúlio Dornelles. Discurso do Rio Amazonas. Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1943.

### **AGRADECIMENTOS**

Neste momento em que estou concluindo este curso que tanto prezo, agradeço imensamente a Deus em primeiro lugar, a quem devo minha existência e todas as conquistas que tive e ainda terei em minha vida. Agradeço a minha família, principalmente aos meus pais, que sempre estiveram comigo ao longo deste curso, me ajudando para que eu pudesse frequentar as aulas e participar dos eventos da universidade. Ao professor Cristiano Luís Christillino, meu orientador neste TCC, minha gratidão especial por toda a paciência e ensinamento, assim como pelo empenho nas aulas de Brasil Colônia por ele ministradas na ocasião em que cursei a disciplina. Sua contribuição foi essencial para a minha formação, assim como a contribuição dos demais professores com os quais tive aulas ao longo deste curso. Agradeço à Universidade Estadual da Paraíba pela oportunidade de ter sido aluno desta instituição. Desejo sucesso e felicidades a todos os funcionários e alunos desta universidade e que ela continue formando cidadãos comprometidos com os valores humanitários e democráticos.